

10

*Inês Vitorino Sampaio
Brenda Guedes
Juliana Doretto
Simone Faustino*

**INFÂNCIAS,
ADOLESCÊNCIAS,
RECEPÇÃO E CONSUMO:
UM CAMPO DE PESQUISA EM CONSOLIDAÇÃO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2024.98713.10

Investigados por campos como os da medicina, do direito, da psicologia e da educação, os estudos sobre a infância priorizaram, historicamente, questões referentes à família e à escola. Cerca de 30 anos atrás, as pesquisas da canadense Anne-Marie Ambert (1986 *apud* Qvortrup, 2010) indicavam uma “quase inexistência” de estudos sobre a infância nas principais correntes da área da sociologia. Adicionalmente, segundo Jens Qvortrup (2010), a maioria desses registros não abordava a infância em termos de estrutura, tampouco de categoria social ou coletivo.

Um processo semelhante ocorreu com o desenvolvimento de investigações referentes à adolescência, cuja concepção social surge apenas no século 19, após se desvincular aos poucos da ideia de infância. Os estudos tiveram início sob o viés da psicologia, no início dos anos de 1900, tornaram-se alvo da antropologia ainda nos anos 30, e chegaram com mais vigor à sociologia nos anos 60 (Pais, 1990; Groppo, 2015), que passou a enxergar os jovens como atores sociais ativos na década seguinte. Essa área tem inicialmente considerado a adolescência de forma integrada à juventude e, com o advento da sociologia da infância, começa a investigá-la também por essa perspectiva – muitas vezes, sem que haja uma diferenciação clara entre a adolescência e essas outras categorias sociais. Ou seja, os adolescentes vivem uma espécie de extensão da infância, ainda marcada pela ideia de transição e período formativo, mas com maior liberdade (Calligaris, 2000). Por outro lado, distingue-se dela em determinados aspectos – compreendidos, por exemplo, pela lente das chamadas culturas juvenis, identificadas e compartilhadas no cotidiano de adolescentes e jovens. A consolidação de um campo de estudos da infância e da adolescência atento para a relação de seus integrantes com os fenômenos socioculturais é, portanto, recente. Seguindo esse movimento em outras áreas, as interseções do campo da comunicação com os estudos sobre as culturas infantojuvenis também se intensificam.

Neste capítulo, abordamos a infância e a adolescência como uma construção social, ou seja, que se modifica de acordo com as

condições sócio-históricas e também em consonância com os contextos culturais em que as crianças e os adolescentes vivem (daí a escolha pelo uso dos termos infâncias e adolescências). O ideário moderno da infância compreende esses seres como sujeitos em formação físico-cognitiva. Se o reconhecimento de sua peculiaridade como sujeitos *em formação* pode ser um ganho, por outro lado tem favorecido leituras que os qualificam sob a ordem da falta, como seres incompletos, sem autonomia ou mesmo irracionais, numa leitura adultocêntrica do mundo (CASTRO, 2001). A pesquisa mais recente nesta área tem buscado desconstruir essa compreensão social, de modo a ressaltar a capacidade de agência de crianças e adolescentes, sem descuidar de seus direitos à proteção, provisão e participação (ONU, 1989).

No Brasil, é crescente a relevância do tema nas pesquisas em comunicação. Na década de 1990, os registros apontam que, entre as 1.769 teses e dissertações defendidas na área, apenas 21 abordaram a problemática da infância (Jacks; Menezes; Piedras, 2008). Já o cenário atual revela a existência e o processo de expansão de laboratórios e/ou grupos de pesquisa e de trabalho com foco na temática em diversas universidades brasileiras. Esse aumento de interesse possibilitou, o surgimento, em 2021, da Rede de Pesquisas em Comunicação, Infâncias e Adolescências – Recria; e a aprovação, em junho de 2022, do GT Processos Comunicacionais, Infâncias e Juventudes da Associação Nacional de Pós-graduação em Comunicação, a COMPÓS.

Piedras e Monteiro (2017) analisaram a produção científica brasileira que se deu entre os anos 2010 e 2015, com foco no segmento infantil. O estudo evidenciou 22 teses e dissertações, entre as quais 12 foram analisadas, mais detidamente, por se caracterizarem como estudos de recepção (dois trabalhos) e de consumo midiático (dez trabalhos). Empiricamente, os 12 estudos em destaque (uma tese e 11 dissertações) exploraram a produção de sentido pela criança em relação a um produto midiático específico, ou suas práticas de consumo midiático, todas parametrizadas pela abordagem sociocultural.

As narrativas advindas das próprias crianças embasaram oito das pesquisas realizadas. Quando focadas em um meio de comunicação específico, a televisão ainda obteve o principal destaque em mais da metade das investigações, tendo Piedras e Monteiro (2017) sinalizado uma lacuna quanto à exploração de outros meios e plataformas que se fazem presentes na rotina das crianças. Sob a perspectiva dos gêneros midiáticos examinados, houve predominância de estudos pautados na relação da criança com a publicidade proveniente tanto da programação infantil quanto de outros contextos – sendo recorrente a pressuposição de uma associação direta entre práticas de recepção da publicidade e práticas de consumo de bens. Sinalizamos, ainda, que entre 2010 e 2015 as investigações foram produzidas majoritariamente por mulheres; e principalmente a partir da região do Sudeste, havendo apenas uma pesquisa representante para cada uma das outras quatro regiões.

PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA ESTUDAR CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS RELAÇÕES COM AS MÍDIAS

Nas últimas décadas os estudos sobre a relação de crianças e adolescentes com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) se consolidaram. No âmbito internacional, em um projeto conduzido pela perspectiva europeia, o *Global Kids Online* tem buscado ampliar o escopo dos debates iniciados desde 2006 entre pesquisadora(e)s da rede *EU Kids Online* em torno de paradigmas, teorias e metodologias de análise sobre a relação de crianças e adolescentes com as mídias, definindo algumas diretrizes comuns. No contexto nacional, a comparabilidade com esses estudos internacionais foi

possibilitada com a série de pesquisas *TIC Kids Online Brasil*, do CGI. Br, desenvolvida com base nas diretrizes supracitadas.

Ao refletirmos acerca do referencial teórico-metodológico que orienta os estudos empíricos do campo é possível mapear alguns pressupostos, conceitos, categorias, métodos e técnicas reconhecidas e/ou validadas, preocupações éticas, e tópicos de interesse prevalentes. Destacamos alguns.

Apoiados na tradição da história e da sociologia da infância, a(o)s pesquisadora(e)s do campo da comunicação assumem a condição de artefato social da própria noção de infância; portanto, a não universalidade dessa experiência e a singularidade das vivências da infância em diferentes contextos socioculturais. Crianças e adolescentes são seres em uma fase peculiar de desenvolvimento de suas capacidades (Landsdown, 2005). Esse é um dos importantes legados da psicologia e da área da saúde, que nos possibilita entender como a relação com a comunicação está também vinculada aos níveis de desenvolvimento cognitivo e socioemocional deles (Swider-Cios; Vermeij; Sitskorn, 2023).

A criança e o adolescente são seres humanos detentores de direitos, como é reconhecido em tratados internacionais, como a Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989), ou nacionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), entre outros. Os estudos da infância, ancorados na ciência do direito e pautados pelo princípio do melhor interesse da criança, acolhem a diretriz que prescreve que crianças e adolescentes são responsabilidade conjunta da família, da comunidade, da sociedade e do Estado.

Nesse processo, incorporam a contribuição de outros saberes como a ciência da informação e a ciência da computação no esforço de compreender e otimizar a relação de crianças e adolescentes com a informação, em um cenário de crescente interconexão, envolvendo processos de dataficação, uso de inteligência artificial

etc. Neste cenário desafiador, a mídia-educação e/ou educomunicação aproximam/fundem campos para dar conta desse enredado ecossistema comunicacional. Evidencia-se, assim, outro princípio amplamente reconhecido nos estudos da infância e da adolescência em diferentes áreas do conhecimento: o imperativo dos estudos interdisciplinares para as(os) pesquisadora(e)s que almejam dar conta da complexidade dessas relações.

Os modos de pesquisar, nacional e globalmente, o campo aqui explorado se estruturam em torno de territórios e abordagens teórico-metodológicas comuns, especialmente em estudos que reconhecem guiar-se por esses paradigmas, a exemplo de Stoi-lova, Livingstone e Khazbak (2021). Além do debate acerca do que se entende por infância e adolescência, os estudos problematizam questões como Risco e Dano, Oportunidade, Direitos, Bem-Estar, Mediação, desdobrando-se em categorias de Acesso, Uso e Atividades na relação com as TICs. Nos estudos brasileiros, a ênfase no paradigma do consumo e/ou nos estudos de recepção, ao recorrer ao enquadramento teórico orientado pelo conceito de apropriação, estabelece contornos particulares às investigações.

Em termos metodológicos, as pesquisas sobre infância e adolescência se alinham ao reconhecimento crescente na academia sobre o mérito dos estudos quantitativos e qualitativos, e o caráter desejável de suas possíveis articulações. Nessa breve apreciação, escolhemos abordar apenas um aspecto, que nos oferece uma porta de entrada privilegiada para tratar dos desafios metodológicos: a questão da comparabilidade. Afinal, sem parâmetros comuns, que norteiam o que os pares reconhecem como ciência (Kuhn, 1987), ela não avança. Tampouco ela o faz, se as pesquisas desconsideram as singularidades contextuais. Portanto, um esforço significativo tem sido feito para definir procedimentos, parâmetros e linguagens adequadas aos estudos das infâncias e adolescências.



CARACTERÍSTICAS DAS PESQUISAS: LEVANTAMENTO DE 2016 A 2020

Os estudos situados no período reafirmam o papel da criança e do adolescente como sujeito ativo que se apropria reflexivamente dos conteúdos midiáticos que consome e também ajuda a produzir, em um sistema comunicacional complexo, multiplataforma e com narrativas hibridizadas. Com especificidades distintas, mas correlatas às da infância, os adolescentes passaram a ter também suas particularidades evidenciadas no *corpus* em questão, recebendo atenção específica neste capítulo.

No levantamento mais recente, o número de teses e dissertações que abordam a criança e/ou o adolescente, como público da comunicação ou na condição de consumidores midiáticos, foi da ordem de 152 trabalhos. Entre eles, 14 pesquisas integram o *corpus* deste capítulo.

Quadro 1 – Trabalhos defendidos entre 2016 e 2020

Título	Ano	Autoria	Universidade	Categoria	Classificação
É violento, mas é legal! Esporte contemporâneo e os sentidos construídos por adolescentes sobre a midiaticização do MMA	2016	Eugênio Carlos do Rego Araújo	Universidade Federal do Piauí PI	Dissertação	Recepção Midiática
Entre o olhar da pobreza e o som da ostentação: o consumo de narrativas midiáticas do funk ostentação por crianças em contexto de vulnerabilidade social	2017	Aline da Silva Borges Rezende	Escola Superior de Propaganda e Marketing SP	Dissertação	Consumo Midiático



Trabalho Infantil: uma análise sobre a construção de sentidos a partir de campanhas de mobilização social	2017	Daniella Rocha Magalhães	Universidade Católica de Brasília DF	Dissertação	Recepção Midiática
Mídia e construção de sentido: o olhar de adolescentes em internação provisória sobre a redução da maioridade penal	2018	Amanda R. Brito da Costa	Universidade Católica de Brasília DF	Dissertação	Recepção Midiática
Youtubers mirins: crianças, práticas de consumo midiático e produção audiovisual no contexto digital	2018	Kandice Van Gról Quintian	Universidade Federal do Rio Grande do Sul RS	Dissertação	Consumo Midiático
Apropriação por crianças da publicidade em canais de <i>youtubers</i> brasileiros: a promoção do consumo no YouTube através da publicidade de experiência	2018	Maria Clara Sidou Monteiro	Universidade Federal do Rio Grande do Sul RS	Tese	Recepção Midiática
Vozes sobre imagens: produção de sentidos a partir do audiovisual na infância	2018	Paula Ceccon Thurler	Universidade Federal Fluminense RJ	Dissertação	Consumo Midiático
À Flor da Pele: um estudo de recepção do desenho Guilhermina e Candelário com crianças de uma escola quilombola	2018	Rosa Helena Santos de Jesus	Universidade de Brasília DF	Dissertação	Recepção Midiática
É tempo de boas notícias: a relação dos jovens com as narrativas jornalísticas	2019	Camila Garcia da Silva	FIAM-FAAM Centro Universitário SP	Dissertação	Recepção Midiática



A telenovela brasileira na relação intergeracional de imigrantes brasileiros no Japão: mediação, discursos e produção de sentido	2019	Helen Emy Nochi Suzuki	Universidade de São Paulo SP	Tese	Recepção Midiática
"Passa um filme na cucina!": recepção de cinema no Cuca Barra do Ceará	2019	Luciene Ribeiro de Sousa	Universidade Federal do Ceará CE	Dissertação	Consumo Midiático
Sonhe alto, princesa: discursos sobre gênero na infância na região de Curitiba	2020	Luiza Guimarães	Universidade Federal do Paraná PR	Tese	Recepção Midiática
Infância, Consumo e Mídia: um mapa das múltiplas mediações de crianças visibilizadas nas redes sociais <i>online</i>	2020	Renata Alves de Albuquerque Othon	Universidade Federal do Rio Grande do Norte RN	Tese	Consumo Midiático
Jovens, ídolos e mídia no universo do futebol: um estudo sobre construção de identidades e comportamentos de consumo em uma escola da Baixada Fluminense	2020	Carolina Alves Fontenelle	Universidade do Estado do Rio de Janeiro RJ	Dissertação	Consumo Midiático

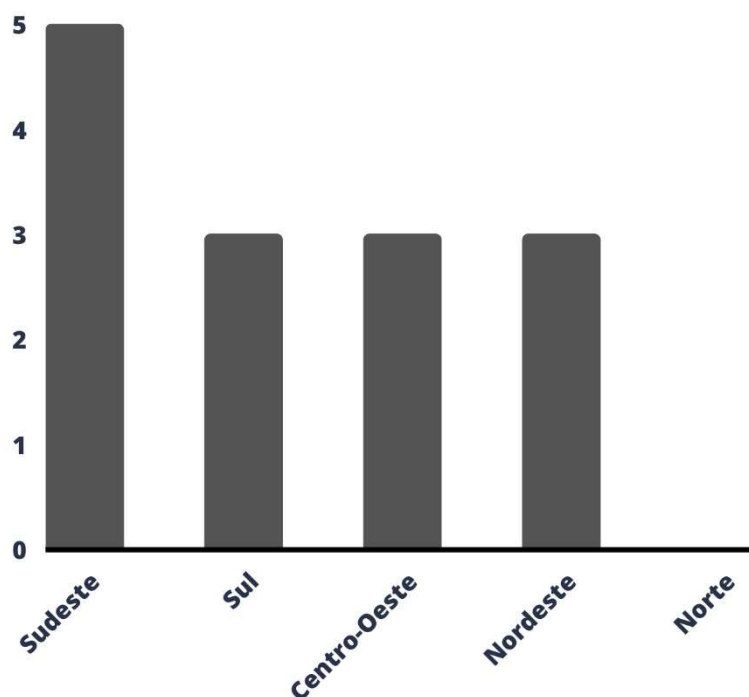
Fonte: as autoras.

Pelo exposto, constatamos um aumento significativo das investigações sob o viés dos estudos de recepção, em relação ao período anterior, analisado por Piedras e Monteiro (2017), identificando oito trabalhos de recepção e seis sobre consumo midiático. Houve também uma expansão do número de teses produzidas (quatro) em relação ao período anterior (uma), estando as dissertações contabilizadas como dez das quatorze investigações.

As pesquisas são oriundas de quatro das cinco regiões brasileiras. Assim como no intervalo de 2010-2015, o Sudeste se mantém

com o maior número de produções (cinco). Vale ressaltar, contudo, que entre 2016 e 2020 a distribuição se fez de modo menos desigual entre as regiões representadas, havendo três trabalhos provenientes do Sul; três do Centro-Oeste e três do Nordeste. Não foram identificadas produções realizadas no Norte.

Gráfico 1 – Regiões de produção das pesquisas (2016-2020)



Fonte: as autoras.

Os trabalhos também ressaltam que “mesmo no ambiente acadêmico, mesmo nas humanidades – as crianças continuam sendo uma problemática do feminino, uma vez que quase a totalidade dos textos é de autoria de mulheres” (Tomaz, 2020 *apud* Guedes; Carvalho, 2020, p. 27). No intervalo analisado por Piedras e Monteiro (2017), dez entre as 12 pesquisas foram assinadas por mulheres. No levantamento atual (2016-2020), 13 das 14 investigações o são.

Gráfico 2 – Autoria das pesquisas (2016-2020)

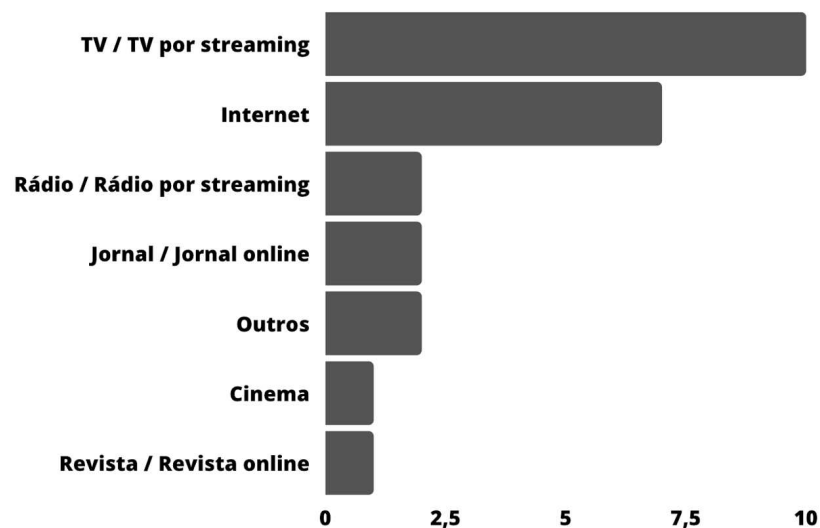
*Fonte: as autoras.*

Uma mudança percebida refere-se à não exclusividade de uma abordagem teórica para a investigação da relação de crianças e adolescentes com a mídia. Os dados referentes a 2016-2020 indicam que, além dos dez trabalhos com abordagem sociocultural, quatro das investigações valeram-se da abordagem sociodiscursiva.

Sobre os meios investigados de modo prevalente, os trabalhos continuam a evidenciar o predomínio da televisão (dez estudos) – categoria que, contudo, passa a ser acompanhada pela compreensão sobre novos modos de “ver TV”. Por exemplo, quando circunscritas ao meio televisivo, as pesquisas contemplam conteúdos televisionados convencionais, mas também o *streaming*. A mesma associação com as potencialidades tecnológicas advindas da transformação digital vale

para rádio/ rádio por *streaming*; jornal/ jornal *online*; revista/ revista *online* e assim por diante. A internet assume o segundo lugar entre os meios enfocados, ganhando visibilidade em sete das 14 investigações, evidenciando um salto em relação aos dados do período anterior.

Gráfico 3 – Meios de comunicação analisados (2016-2020)



Fonte: as autoras.

No que concerne aos gêneros midiáticos, a distribuição do levantamento atual é espraçada. As produções próprias do universo infantil constam em cinco estudos, principalmente dedicados à análise sobre a recepção do público em questão. Na sequência das recorrências aparecem empatados os gêneros midiáticos Publicidade/Propaganda (três trabalhos), e Jornalístico/Informativo/Noticiário (três trabalhos). Como é possível verificar no gráfico, ainda outras nuances textuais da mídia dialogam com as produções científicas que têm como foco o público infantojuvenil.

Gráfico 4 – Gêneros midiáticos analisados nas pesquisas (2016-2020)

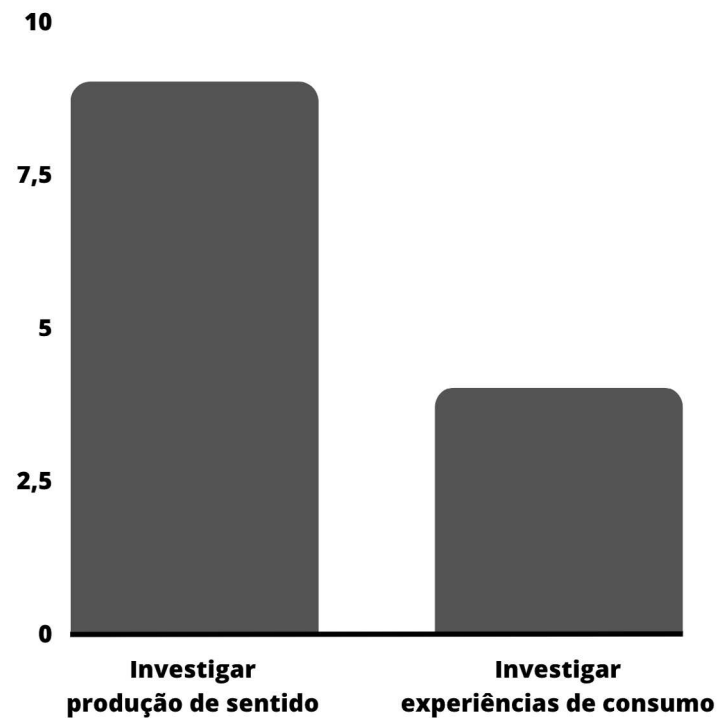


Fonte: as autoras.

Empiricamente, a relação do público com as mídias está conectada a temáticas de seu cotidiano, como consumo (4); violência (2); *youtubers* (2); racismo (1); cultura musical (1); trabalho infantil (1); relações intergeracionais (1); políticas públicas (1) e questões de gênero (1).

Dois grandes blocos englobam os objetivos almejados pelas investigações que integram o *corpus*: compreender a produção de sentidos por parte de crianças/adolescentes sobre um determinado assunto, com base em um (ou mais) produto(s) midiático(s) (nove trabalhos); e problematizar experiências de consumo que incorrem em práticas de produção e/ou consumo de conteúdo comunicacional (quatro trabalhos).

Gráfico 5 – Objetivos das pesquisas (2016-2020)



Fonte: as autoras.

A seguir, veremos em detalhes as escolhas teórico-metodológicas dos trabalhos que constituem o nosso *corpus*, bem como os resultados dessas pesquisas.

ENFOQUES TEÓRICOS E ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Nas pesquisas analisadas, nota-se claramente a preferência pela abordagem denominada como sociocultural, presente em dez das investigações. Nessa visada, surge com destaque o nome de Jesús Martín-Barbero. Trata-se de autor cuja perspectiva teórico-metodológica aparece enfaticamente em oito dos quatorze trabalhos analisados, que apresentam, como referência de base, a clássica obra “Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia” (Martín-Barbero, 2013). Essa escolha se articula ao fato de que a maioria das pesquisas se filia aos estudos culturais: em quatro delas, é o principal enfoque teórico-metodológico, de acordo com a classificação proposta nesta obra, e em outros seis textos eles aparecem dialogando com outras áreas, sobretudo a sociologia da infância. Nos demais trabalhos, a combinação de diferentes correntes é o que mais aparece (em três pesquisas), com vertentes como teorias do consumo e comunicação pública. Apenas um dos trabalhos, desenvolvido em um mestrado profissional em jornalismo (Silva, 2019), faz um estudo que aciona sobretudo teorias da produção noticiosa, ainda que haja a ideia em dialogar com outras pesquisadoras que abordam a recepção do noticiário por jovens.

A preocupação com os estudos da infância, como indicado, explica a relevância do autor inglês David Buckingham, referência na pesquisa sobre as relações entre crianças, adolescentes e mídia. Nesse sentido, três pesquisas têm a obra “Crescer na era das mídias eletrônicas” (2007) como estudo basilar. Vale ressaltar que outros nomes importantes da investigação sobre e com infâncias e adolescências no campo da comunicação não aparecem em destaque, como Sonia Livingstone, Giovanna Mascheroni, Jasmina Byrne e Sara Alvarado. Além disso, mesmo autores latino-americanos que se voltam mais às questões da recepção e

do consumo midiático por crianças, como Orozco Gómez, não surtem em relevo (apenas dois trabalhos). De toda forma, é necessário comentar que a maior parte do *corpus* não busca se articular, de modo estruturante, com teorias que se debruçam especificamente sobre a relação da mídia com as infâncias e adolescências.

A perspectiva sociodiscursiva, em que as teorias do discurso são mobilizadas para as análises dos processos de recepção, está presente em quatro trabalhos, e as ideias do russo Mikhail Bakhtin (1895-1975) estruturam dois deles. Nota-se, portanto, que essa vertente aparece pouco nos estudos de recepção sobre as crianças.

Refletindo ainda a escolha pelos estudos culturais latino-americanos, a maioria das pesquisas (12 trabalhos) se desenvolve com base em premissas sobre o sujeito que participa do processo de recepção ou sobre esse fenômeno em si. Assim, Othon (2020, p. 70) explicita que busca “pensar nas crianças como sujeitos ativos no processo de recepção, que constroem significados por meio da negociação entre texto e leitor”, e Suzuki (2019, p. 30) ressalta a complexidade da recepção, dado que ela envolve, além da emissão, mensagem, meio ou recepção, as “injunções (sociais, econômicas, tecnológicas, culturais)” entre todos os agentes no processo comunicacional. Tais estudos apresentam uma base comum, que foge do olhar funcionalista sobre a recepção, ainda que os resultados, por vezes, possam ser muito descritivos, como veremos a seguir.

Em relação às estratégias metodológicas, evidencia-se a combinação de diferentes técnicas em todos os trabalhos, com ênfase na abordagem qualitativa. A mais usada é a entrevista, escolha de dez autores; seguida de discussão em grupo (sete estudos); observação participante (cinco); questionário e formulários (cinco trabalhos); grupo de discussão e diários de campo (dois trabalhos no primeiro caso e três no segundo). Histórias de vida aparecem em um trabalho, bem como pesquisa-ação. Com esses dados, identificamos ainda que em todos os estudos do *corpus* temos algum tipo de diálogo direto da(o)

s pesquisadora(e)s com os sujeitos de pesquisa, por meio de entrevistas ou de discussões promovidas em grupo. A inspiração etnográfica, em processos em que o pesquisador interage com os participantes e registra suas percepções em contextos cotidianos (a chamada observação participante), aparece em pouco mais de um terço dos trabalhos, o que mostra também a relevância dessa abordagem.

Técnicas com outros tipos de interação, como jogos, oficinas e atividades em grupo, que surgem em seis estudos, são ações complementares àquelas mais tradicionais; ou seja, o campo parece entender que sozinhas elas não conseguem gerar os dados necessários para a investigação. Nesses casos, nota-se ainda que essas escolhas metodológicas buscam desenvolver nos sujeitos diferentes competências de recepção, despertando a criticidade.

Conforme evidenciado nos dados referentes aos gêneros midiáticos, vimos que, entre os materiais escolhidos como *corpus* de algumas pesquisas, destacam-se os vídeos, incluindo aqueles do YouTube, desenhos animados e clipes de música, em sete trabalhos. Um estudo trouxe ainda perfis de redes sociais, e dois se voltaram a conteúdos publicitários. Assim, formatos de mídia mais tradicionais, como reportagens impressas e telenovelas, são residuais. Vê-se, portanto, um mapeamento da recepção de crianças e adolescentes de maneira ampla, que investiga a jornada deles também nas mídias digitais.

Por fim, todas as 14 pesquisas explicitam sua amostra, e a sua composição foi de forma não probabilística. Vê-se que 12 delas selecionaram os sujeitos de pesquisa de maneira intencional (como adolescentes que veem vídeos de *Mixed Martial Arts* (MMA), em Araújo (2016), e 15 crianças de 10 e 11 anos, em duas escolas públicas de Porto Alegre, em Monteiro (2018)). Em relação à faixa etária dos participantes, percebe-se como a segunda infância sobressai como objeto de estudo em relação à primeira. Apenas duas pesquisas ouvem crianças com quatro e cinco anos (em entrevistas e/ou discussões em grupo) (Jesus, 2018; Guimarães, 2020). Os adolescentes são o público em sete

trabalhos (ainda que em um deles sejam tomados como jovens), e os adultos que convivem com os mais jovens são ouvidos em dois trabalhos (em um deles, o enfoque é intergeracional).

Em resumo, percebe-se que os autores investem no estudo sobre práticas midiáticas das infâncias e adolescências, mas há ainda certo receio de falar com crianças mais novas, possivelmente por conta das dificuldades encontradas nessa escuta. Elas, no entanto, também devem receber atenção do campo científico da comunicação (ainda que para isso seja necessário pensar em métodos não tradicionais, como desenhos (Cohn, 2005; Girardello, 2018), pois se sabe como os meios são elemento fundamental na constituição dos modos de ser criança hoje, como têm demonstrado as autoras deste capítulo (Guedes; Carvalho, 2020; Doretto, 2020; Sampaio, 2016), entre outra(o)s pesquisadora(e)s.

Por fim, alguns trabalhos apresentam limites nas escolhas metodológicas: há certa desatenção aos procedimentos éticos, como conseguir o assentimento das crianças em uma das atividades ou a aprovação dos pais e/ou responsáveis para que os adolescentes participem das investigações; não há indicação das idades de alguns sujeitos de pesquisa (apenas menção ao grupo ao qual pertencem); e nota-se a falta de justificativa para algumas seleções de materiais para análise. Contudo, em regra, os textos descrevem com detalhe as etapas de pesquisa, o que contribui para o conhecimento dos percursos de cada estudiosa(o) no campo.

RESULTADOS OBTIDOS: UM PANORAMA DOS ACHADOS

À maneira do estudo apresentado por Piedras e Monteiro (2017), as análises serão feitas com base nos assuntos sobre os quais

se debruçam as teses e dissertações: 1) produção de sentido sobre produto midiático (Araújo, 2016; Jesus, 2018; Silva, 2019; Sousa, 2019; Suzuki, 2019; Guimarães, 2020); 2) produção de sentido sobre tema de interesse social (Magalhães, 2017; Costa, 2018); e 3) relações de consumo e apropriação das mídias (Rezende, 2017; Monteiro, 2018; Quintian, 2018; Thurler, 2018; Fontenelle, 2020; Othon, 2020).

Começamos pelos trabalhos com foco na produção de sentido de crianças e adolescentes sobre diferentes produtos midiáticos. Em sua dissertação sobre a recepção pelos adolescentes de transmissões audiovisuais de *Mixed Martial Arts* (MMA), Eugênio Araújo (2016) chegou à conclusão de que o público, apesar da violência visível, enxerga o esporte profissional sob um viés de entretenimento e passatempo, estando este inserido, inclusive, no ambiente de partilha familiar. A pesquisa conclui que o conceito de violência construído pelos sujeitos adolescentes pesquisados, a partir do MMA, se condensa na agressão física e verbal sem motivação aparente, embora eles não o vejam a partir de uma perspectiva negativa (por ser socialmente legitimado pelo *status* de esporte). Para os sujeitos ouvidos, trata-se de um esporte legal, tanto do ponto de vista moral/da legalidade quanto da diversão.

Em outro trabalho, que adentra o universo da identidade étnica, Rosa Helena de Jesus (2018) realiza estudo sobre o desenho Guilhermina e Candelário com crianças de uma comunidade quilombola. A dissertação aponta que um dos elementos formadores do racismo nas infâncias é o não reconhecimento de si mesmo como negro. "Embora a escola esteja localizada em uma comunidade quilombola, as crianças, de forma geral, não se enxergam como negras. Elas acham mais bonitas as pessoas brancas e se veem como tal" (Jesus, 2018, p. 90). Sentimentos de identificação e, mais que isso, de uma autoestima negra positiva são uma construção processual, na qual escola, educadores e comunicadores podem ser parceiros. Para tanto, ressalta a importância do estímulo ao acesso a leituras plurais do mundo.

Ainda sobre a questão identitária, o trabalho de Helen Suzuki (2019) debruça-se sobre a telenovela brasileira, vista como elemento

mediador e produtor de sentido nas relações intergeracionais de descendentes de japoneses repatriados ao Japão. Os sujeitos da pesquisa apontam que a telenovela, ao ancorar elementos da identidade cultural de origem das famílias (brasileiras), converte-se em espaço simbólico que se aproxima de fragmentos de sua própria história familiar e do passado no Brasil. Tanto para os jovens em idade escolar ouvidos quanto para seus familiares adultos, acompanhar esse produto cultural brasileiro serve como “meio de atualização de conteúdos e temas” e “retrato social do cotidiano dos brasileiros”, do qual se encontram longe geograficamente (Suzuki, 2019, p. 227). O estudo identificou que o gênero midiático telenovela prepara o terreno para o contato social entre pais e filhos (algo relatado pelos sujeitos da pesquisa como problemático na cultura japonesa). Ao assistir aos episódios, as famílias “trocam ideias, sentidos e valores construídos e compartilhados a partir das tramas e temas mostrados na ficção televisiva” (p. 228).

Dois trabalhos, os de Camila Silva (2019) e Luciene Sousa (2019), elegeram explorar a relação de adolescentes e jovens com as narrativas midiáticas. Silva chegou ao binômio internet e televisão como os principais meios de comunicação para consumo e compartilhamento de notícias. Ela também concluiu que a tendência a selecionar conteúdos positivos para consumir e compartilhar era uma constante entre os adolescentes, independentemente de suas preferências temáticas e ideológicas. Além disso, ressaltou suas preferências por narrativas mais leves e a importância do jornalismo para solução dos problemas do cotidiano (Silva, 2019).

Já na pesquisa de Sousa (2019) sobre recepção midiática em um cineclube de um centro cultural para a juventude no Ceará, a pesquisadora destaca que a recepção está intimamente ancorada nas mediações que o sujeito experimenta em seu cotidiano, com ecos de sua história de vida, contexto socioeconômico e repertório cultural. Em especial, reconhece-se a imbricação nesse processo dos problemas sociais que afetam as classes populares no país. Metodologias participativas de vivência cultural e transversais à

realidade juvenil, como o teatro do oprimido (Boal, 1980) e os jogos teatrais (Spolin, 1992), são especialmente valiosas para realizar uma comunicação estética e transformadora, ou, como Sousa mesmo diz, “acordar o homem-artista” (Sousa, 2019).

Fechando esse bloco, Luiza Guimarães (2020) investiga como crianças reagiram ao reposicionamento de marca das Princesas Disney e como a “cultura das princesas” encontra-se sedimentada em seus imaginários. Concluiu a autora que, “como sujeitos, as crianças tendem a reproduzir em seus discursos saberes discursivos hegemônicos propagados pela memória discursiva” (Guimarães, 2020, p. 230); contudo, apesar da normatividade de gênero, as meninas, ancoradas em um discurso de resistência e protagonismo, mostraram capacidade crítica e abertura para reflexão em torno dos papéis tradicionais trazidos pelas mídias infantis da Disney (ela frisa que as dinâmicas de competitividade foram mais acentuadas no universo da escola particular, em relação à instituição pública). Dois dos trabalhos abordam a produção de sentido por crianças a partir do contato com tema de interesse social em espaços midiáticos.

O estudo de Daniella Magalhães (2017) focou na recepção de publicidade institucional sobre trabalho infantil, dividindo seus achados entre o polo da produção e o da recepção. Este duplo fluxo, inclusive, foi um dos resultados mais relevantes do trabalho, uma vez que revelou ser “possível construir um caminho de análise que permita dialogar com a produção e recepção” (Magalhães, 2017, p. 171), viabilizado por meio da articulação entre comunicação pública, elaboração de políticas públicas e mobilização da sociedade envolvida, ouvindo quem está nos “polos” de produção e recepção da informação. No processo de análise das campanhas, constatou que, no caso da publicidade governamental, “os sentidos sobre trabalho infantil se restringiram à infância, com o apagamento da adolescência” (Idem, p. 166).

Já a pesquisa de Amanda Costa (2018) sobre a produção de sentido por adolescentes identificou que os programas policiaiscos

(com suas características de dor, drama e medo) são o gênero mais consumido pelos jovens do sistema socioeducativo. Dessa forma, o consumo desses textos midiáticos pelo grupo de adolescentes – que transita pelas regiões periféricas onde vivem – e seus processos de recepção ancoram-se em seus contextos socioculturais e posições de classe. Ficou evidente também que o discurso dos adolescentes sobre a redução da maioridade penal não comunga totalmente com o discurso midiaticizado do senso comum sobre o tema. Segundo eles, o estigma social, que acompanha adolescentes em conflito com a lei, se comunica com “estereótipos de bandidos passados na televisão” (Idem, p. 112) e expressa um viés classista e marginalizado.

Neste terceiro bloco – relações de consumo e apropriação – um ponto comum aos trabalhos desse grupo é o protagonismo/ liderança/ autonomia infantil nos processos de consumo midiático. Especialmente em relação à segurança e aos direitos, há conclusões que se comunicam, como as de que “a indústria de consumo possibilitou que as crianças [...] se colocassem numa posição mais igualitária diante dos adultos” (Othon, 2020, p. 217); a observação de que, usualmente, “elas estão desacompanhadas no momento da assistência, ou, ainda, acompanhadas de irmãos, primos ou outras crianças” (Thurler, 2018, p. 131) e que até os processos educacionais têm sido afetados, uma vez que “a autonomia também foi identificada em novos métodos de aprendizado citados pelas crianças – como pesquisas escolares e vídeos no YouTube” (Othon, 2020, p. 217).

A maior parte dos trabalhos desse grupo está associada ao conteúdo audiovisual, com destaque para o YouTube, mídia com profusão de anúncios publicitários. Desse modo, fica evidente que o consumo e a mediação tecnológica tornaram-se ferramentas capazes de influenciar as sociabilidades infantis, os laços afetivos que elas traçam e a formação dos adultos que essas crianças virão a ser (Othon, 2020). Trata-se da experiência de crescer delineada pela “publicidade de experiência”, afirma Monteiro (2018). A autora constata que os *youtubers* recorrem à “publicidade de experiência”,

visibilizando marcas e incentivando o consumo, o que é feito sem a devida transparência (Monteiro, 2018, p. 284).

Os discursos a que têm acesso, especialmente no YouTube, têm alta permeabilidade na constituição de suas visões/sentidos de mundo, embora haja uma apropriação sempre criativa, diversa e às vezes até distante do senso comum adulto (Thurler, 2018). Quando crianças, além do público consumidor, são também as produtoras de conteúdo (estando presentes como influenciadores, *youtubers* ou *tiktokers* mirins), e há uma articulação entre as práticas de consumo e de produção ainda mais gritante, sendo necessária uma atitude social protetiva e crítica nos dois polos da plataforma midiática, o do emissor e o do receptor (Quintian, 2018).

A exemplo do trabalho de Guimarães (2020), também houve achados relativos ao debate da normatividade de gênero nos trabalhos deste bloco. Foram os de Aline Rezende (2017), Maria Clara Monteiro (2018) e Carolina Fontenelle (2020) que trouxeram conclusões relativas ao tema. Para Rezende, por exemplo, a produção audiovisual alinhada com a estética do funk ostentação, com seus videoclipes, têm influência na construção social do gênero das infâncias analisadas. Já Fontenelle, em sua investigação, concluiu que as meninas também se vinculam a clubes de futebol, além de disporem de informações e produtos a eles relacionados, que afetam o seu imaginário cotidiano, mesmo que de maneira diversa dos garotos. Um elemento reforçador disso foi o engajamento de mais meninas nas respostas ao questionário e nas atividades propostas para a comunidade escolar.

Tanto Rezende quanto Fontenelle afirmam que o mundo do consumo e um de seus elementos reguladores centrais – no caso, o dinheiro – acabam se convertendo em atalhos (quando não as únicas vias possíveis, do ponto de vista das crianças no trabalho sobre o funk) para acessar espaços, bens e marcadores de dignidade social (Rezende, 2017; Fontenelle, 2020). No trabalho desta última, entre os relatos dos jovens, há quem deixe de pagar uma conta ou de

comprar algo essencial para a casa devido ao consumismo atrelado ao futebol. São conclusões que nos levam a sintetizar que, para além da questão de gênero, a vulnerabilidade social periférica também desponta como fator que atravessa as infâncias e adolescências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise conduzida neste capítulo – pautada em estudos de recepção e consumo midiáticos relacionados com dinâmicas próprias da infância e da adolescência – sugere um gradativo aumento de interesse sobre essa temática no campo da comunicação no Brasil. Pesquisadoras de diversas regiões, com destaque para o Sudeste (cinco trabalhos), são as principais responsáveis pelas 14 publicações nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 2016 e 2020. São teses (quatro) e dissertações (dez) que focam no meio televisivo e na internet, e contemplam gêneros midiáticos bastante diversos, sobressaindo as investigações sobre Publicidade/Propaganda e Jornalismo/Informativo/Noticiário. As investigações evidenciam que a relação do público infantojuvenil com a comunicação midiática está conectada com temáticas do cotidiano, tais como consumo, violência, *youtubers*, entre outros. Tais estudos estão em sintonia com a crescente visibilidade que as relações dos sujeitos infantojuvenis com as TICs têm ganhado no debate público.

Numa perspectiva paradigmática, compreendemos que os estudos dessa temática devem estar atentos a apreender tais relações considerando o ecossistema comunicacional em sua força estruturante, sem perder de vista, também, a agência dos indivíduos e grupos, foco deste capítulo. Por isso mesmo, a literatura preconiza a necessidade de lidar, de forma balanceada, com os paradigmas dos riscos e das oportunidades (Livingstone *et al.*, 2015). Essa perspectiva vem sendo recentemente alargada com a inclusão, nesta

equação, do paradigma dos direitos e do bem-estar de crianças e adolescentes, reconhecido, inclusive pela Organização das Nações Unidas, por meio do Comentário Geral nº. 25 (ONU, 2021).

Em relação à ênfase neste grupo social, consideramos importante ressaltar que nem todos os trabalhos analisados neste capítulo debatem com profundidade teorias específicas dos estudos da infância, e, quando o fazem, tomam como referências prioritárias, em regra, obras internacionais. Ou seja, a pesquisa nacional nesta área ainda é pouco citada, evidenciando uma margem para maior articulação com dados e estudos já mapeados por investigadora(e)s brasileira(o)s. Observamos ainda, em alguns deles, a ausência de problematização dos conceitos de adolescência e juventude, com a sua devida diferenciação. Isso poderia ser alcançado com uma revisão de literatura mais robusta dos estudos nacionais e internacionais sobre o tema.

A preponderância do olhar dos estudos culturais latino-americanos, com base em Martín-Barbero, é evidente, o que desponta como um ponto positivo, já que a pesquisa se volta para o cenário da América Latina, e, em alguns casos, numa visada decolonial. Nessa linha, o campo abraça o imperativo dos estudos interdisciplinares, de modo a dar conta da complexidade dessas relações. Esse processo enfatiza ainda o caráter híbrido e polissêmico das infâncias e adolescências em diversos contextos culturais, de classe e de gênero.

Com prevalência da pesquisa qualitativa, vários autores também realizaram esforços louváveis na seleção e combinação de metodologias e instrumentos de coleta de dados. A adoção dessa perspectiva transmetodológica contribuiu para uma compreensão mais ampla dos aspectos socioculturais, simbólicos, de direitos e de literacia midiática.

No entanto, os critérios e processos de aplicação de algumas técnicas nem sempre aparecem devidamente detalhados e justificados (ex. critérios de escolha do *corpus* e instrumentos de pesquisa, como vídeos, desenhos e outros materiais). Há outros casos em que

o trabalho tem o mérito de trazer uma descrição detalhada do que foi feito no campo, mas com pouca sistematização sobre os achados de pesquisa, ou, ainda, sem uma articulação com a base teórica que consiga revelar novas nuances dos processos sociais investigados. Em algumas entrevistas, por exemplo, caracterizações importantes desses participantes (ex. descrição das idades) não aparecem, ou o fato de a(o) estudiosa(o) estar implicada(o) no campo não é tensionado.

Ainda quanto às técnicas, consideramos um avanço que os trabalhos proponham diferentes maneiras de abordar crianças e adolescentes, explorando novas formas de interação. Percebe-se um investimento, inicial, em modos mais criativos e lúdicos de “escuta” – ainda que técnicas tradicionais, como entrevistas, questionários e grupos focais, continuem relevantes e mais significativos em termos de volume.

Para Huizinga (1971) o ato de brincar/jogar é catalisador de sociabilidades e representações; ao mesmo tempo em que é mecanismo de produção também é produto das culturas (Pupo, 2001; Monteiro; Delgado, 2014). Nesse ponto, cabe um investimento maior nos estudos sobre cultura lúdica, dos jogos e do brincar, não apenas como tema, mas como estratégia metodológica pertinente à pesquisa com crianças e adolescentes.

Se os estudos assinalam a relevância de ouvir as crianças e os adolescentes em investigações que a eles concernem – sendo este outro princípio metodológico estruturante –, e se reconhecemos que há peculiaridades que precisam ser consideradas nessa experiência de escuta, como inovar no uso de métodos e técnicas e assegurar, simultaneamente, parâmetros comuns? Estes são alguns dos desafios que também estão presentes nas pesquisas nacionais, especialmente, em um país continental e culturalmente diverso como o Brasil.

Nesta coletânea e capítulo, quando discutimos pesquisas sobre processos de recepção e/ou consumo midiático, “escutar

crianças e adolescentes” torna-se um pilar da construção de conhecimentos que valorizam as vozes e narrativas desses sujeitos sobre suas próprias experiências. Para além desse consenso, como escutar? Como escutar com método? Como escutar respeitando tempos, ritmos, interesses, linguagens, idades, imaginários delas/deles, só para citar alguns desafios. “Escutar” seria, mesmo, o horizonte máximo a inspirar pesquisas com crianças e adolescentes? Considerando as limitações dos vieses adultocêntricos que nos escapam, posicionando-nos como legítimos decifradores do narrado; e a noção de experiência, que é mais larga que a enunciação, temos ainda muito a avançar nos estudos sobre as *práticas* das crianças e adolescentes – a exemplo de algumas abordagens etnográficas –, além de incorporar na pesquisa uma das interações mais genuínas desses grupos sociais: o brincar/estar junto.

Escutar, observar, brincar, colher dados das crianças em contexto de pesquisa deve ter como parâmetro ético o princípio do seu melhor interesse. A submissão de projetos aos Comitês de Ética, importante e necessária, não pode ser apenas protocolar. Assegurar o consentimento dos pais, mas também o das crianças, recorrendo a linguagens e dispositivos que facilitem o seu entendimento são aspectos fundamentais. Este, contudo, é só o começo do problema, já que uma série de decisões precisam ser tomadas sobre espaços apropriados, presença de pares nas interações da(o) investigadora (investigador) com a criança, duração de entrevistas, abordagem de temas sensíveis etc.

Além disso, é importante equilibrar o esforço do trabalho de campo com a interpretação densa do grande número de informações geradas por essas escolhas, compreendendo que a natureza e a transparência no uso de métodos e técnicas para investigar os sujeitos são elementos centrais da pesquisa, e não algo complementar, como ocorre em alguns trabalhos.

Por fim, também consideramos valioso o reconhecimento feito pela(o)s pesquisadora(e)s do campo acerca da existência de

objetos e recortes de pesquisa ainda negligenciados nos estudos de recepção na interface com as infâncias e as adolescências. Consideramos, pois, importante reconhecer que a(o)s autora(e)s não se furtaram do debate sobre lacunas e limitações de suas pesquisas, legitimando espaços para investigações futuras. Certos trabalhos, porém, apresentaram os achados timidamente. Novos elementos aparecem de maneira tênue e, em certos casos, sua articulação com o embasamento teórico precisa de mais corpo.

De todo modo, nesta análise, identificamos enfoques teóricos e metodológicos de pesquisa já consolidados e resultados empíricos relevantes, que oferecem imensa contribuição à investigação científica. Em outras palavras, pudemos, com base no intenso trabalho realizado pela(o)s autora(e)s das dissertações e teses nas quais nos debruçamos, nos tornar pesquisadoras mais atentas e críticas às nossas escolhas na pesquisa. É o que esperamos que este capítulo também possa oferecer às suas leitoras e seus leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 2 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1980.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6az8qw4> Acesso em: 20 de jun. 2023

BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CASTRO, Lucia Rabello de. **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU: Editora: FAPERJ, 2001.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

DORETTO, Juliana. Migrant childhood and the 'webdiaspora' in Brazil. **Interactions: Studies in Communication & Culture**, v. 11, p. 361-375, 2020.

GIRARDELLO, Gilka. Crianças inventando mundos e a si mesmas: ideias para pensar a autoria narrativa infantil. **Childhood & Philosophy**, v. 14, n. 29, p.71-92, 2018.

GROPPO, Luís A. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 4-33, 2015.

GUEDES, Brenda; CARVALHO, Bárbara J. de (Org.). **Infâncias, juventudes e debates emergentes em comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

HUIZINGA, Johann. **Homo ludens**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.

INSTITUTO ALANA. **Comentário Geral nº 25**. Sobre os direitos das crianças em relação ao ambiente digital. Versão comentada. Organização das Nações Unidas, 2022. Disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2022/04/CG-25.pdf>. Acesso em: 15 de abril, 2023.

JACKS, Nilda; MENEZES, Daiane; PIEDRAS, Elisa. **Meios e audiências: A emergência dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

KELLER, Kevin L. **Strategic brand management: building, measuring and managing brand equity**. 2nd ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2003.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LANDSDOWN, Gerison. The Evolving Capacities of the Child, **Innocenti Insights**, n. 11, 2005. Disponível em: <https://tinyurl.com/2eaykfvt> Acesso: 20 de jun.2023

LIVINGSTONE, Sonia; MASCHERONI, Giovanna; STAKSRUD, Elisabeth. **Developing a Framework for Researching Children's Online Risks and Opportunities**. London: EU Kids Online, 2015. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/64470/>. Acesso em: 23 de maio, 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

MONTEIRO, Clara M. V. R.; DELGADO, Ana Cristina C. Crianças, brincar, culturas da infância e cultura lúdica: uma análise dos estudos da infância. **Saber & Educar**, Porto, n. 19, p. 106-115, 2014.

ONU, 1989. **Convenção sobre os Direitos das Crianças das Nações Unidas**. Disponível em: <https://tinyurl.com/2wctu7hs>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

ONU. Comitê dos Direitos da Criança. **Comentário geral nº 25 (2021) sobre os Direitos das Crianças em relação ao ambiente digital**. Disponível em: <https://tinyurl.com/z5b44a68>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 15, p. 105-106, 1990.

PIEDRAS, Elisa; MONTEIRO, Maria Clara Sidou. A criança como sujeito da pesquisa de recepção e consumo midiático. In: JACKS, Nilda *et al.* **Meios e audiências III: Reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2017. p. 255-272.

PUPPO, Maria Lúcia de S. B. O lúdico e a construção do sentido. **Sala Preta**, São Paulo, n. 1, p. 181-187, 2001.

QVORTRUP, Jens. A Infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, mai./ago, 2010.

SAMPAIO, Inês S. V. Reconfigurações das Culturas Infantis sob a égide do Consumo e da Convergência Midiática. In: FONTENELLE, Laís (Org.) **Criança e Consumo: 10 Anos de Transformação**. São Paulo: Instituto Alana, 2016, v. 01, p.214-239.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. Perspectiva: São Paulo, 1992.

STOILOVA, Mariya; LIVINGSTONE, Sonia; KHAZBAK, Rana. Investigating Risks and Opportunities for Children in a Digital World: A rapid review of the evidence on children's internet use and outcomes. **Innocenti Discussion Papers**, nº. 2020-03, UNICEF Office of Research - Innocenti, Florence.

SWIDER-CIOS, Edyta; VERMEIJ, Anouk; SITSKORN, Margriet M. Young children and screen based media: the impact on cognitive and socioemotional development and the importance of parenting mediation. **Cognitive Development**, 66, p. 1-18, 2023.

TOMAZ, Renata. Prefácio. In: GUEDES, Brenda; CARVALHO, Bárbara Janiques de (Org.). **Infâncias, juventudes e debates emergentes em comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 21-25.